



Trabalho, Educação e Saúde

A materialização dos ideais de uma Ciência Aberta: 10 anos da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz

Paulo Cezar Vieira Guanaes¹ Vanessa de Arruda Jorge²

Quando se analisam os diferentes discursos e ideais em prol de uma Ciência Aberta, percebe-se que há uma proposta de uma ciência colaborativa, transparente, inclusiva, coparticipativa, que compartilha e faz (re)uso responsável de diferentes recursos, como dados, informações, equipamentos, insumos, laboratórios, entre outros. Uma ciência que propõe se dissociar de práticas estabilizadas e pouco receptivas a novos sistemas de ingresso e avaliação, que muitas vezes têm raízes patrimonialistas e opacas, sobrevivendo a partir da acumulação de capital simbólico, que Bourdieu detalharia como um capital científico, considerando as dinâmicas específicas desse campo (Bourdieu, 1983; 2004).

Nesse contexto, como materializar os ideais de uma Ciência Aberta em uma instituição do porte da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que se insere no sistema nacional de avaliação de pesquisa, com inúmeras ações de cooperação internacional, e que está vinculada ao governo brasileiro, no âmbito do Ministério da Saúde, sendo peça-chave para dar respostas ao Sistema Único de Saúde (SUS)?

Em 2014, fiel à sua missão de produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população brasileira, a Fiocruz, considerando a informação como um bem público, lançou a sua Política de Acesso Aberto ao Conhecimento visando garantir à sociedade o acesso aberto, público e gratuito ao conteúdo de obras intelectuais produzidas pela instituição.

EDITORIAL

<https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs3143p>

¹ Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, Brasil. paulo.guanaes@fiocruz.br

² Fundação Oswaldo Cruz, Vice-presidência de Educação, Informação e Comunicação, Coordenação de Informação e Comunicação, Rio de Janeiro, Brasil. vanessa.jorge@fiocruz.br



Em 2024, portanto, a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento completa 10 anos, fazendo jus a um belo selo comemorativo, lançado pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica (ICICT) em abril deste ano, sobretudo em razão da sedimentação de um dos seus principais objetivos: o depósito em acesso aberto, em caráter mandatório, no Repositório Institucional Arca, das dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-graduação da Fiocruz, além dos artigos científicos de autoria de seus profissionais publicados em periódicos.

Neste último caso, não sem o enfrentamento de questões polêmicas, provocadas por editoras de acesso fechado, ainda ligadas a um modelo de negócio do século XX, cujas raízes comerciais oferecem resistência ao movimento de Ciência Aberta (Guanaes e Sarita, 2023). Além de cobrarem exorbitantes taxas de processamento de artigo, as chamadas APCs (Article Processing Charges), essas editoras insistem em manter um regime de direitos autorais defasado, para lhes assegurar a exclusividade de exercerem tais direitos que nascem com a criação intelectual do artigo científico por parte dos pesquisadores. Na prática, isso significa impedir ou procrastinar com embargos o compartilhamento e o acesso a resultados de pesquisa, muitas vezes cruciais para a saúde das pessoas.

Nunca é demais lembrar que o movimento de acesso aberto à literatura científica, desenvolvido na internet a partir do final da década de 1990, foi uma reação ao domínio das editoras no processo editorial e a consequências como o alto custo das assinaturas de periódicos adquiridos por bibliotecas, conforme afirma Pinheiro (2014), no que corrobora Guédon (2004), acrescentando que o rápido aumento dos preços de periódicos acadêmicos e científicos obviamente limitava o acesso à informação científica por meios econômicos.

Na esteira da Política instaurada em 2014, em compasso com a ampliação e a intensificação, respectivamente, dos movimentos de acesso aberto à informação científica e de Ciência Aberta, a Fiocruz deu início a uma discussão sobre limites e possibilidades da abertura de dados de pesquisa que redundou na Política de Gestão, Compartilhamento e Abertura de Dados, publicada em 2020. No ano seguinte, foi instalada a governança da Ciência Aberta da Fiocruz, que criou instâncias coletivas, como o Fórum de Ciência Aberta, os Comitês Gestores dos repositórios e os Núcleos de Ciência Aberta. Formados por representantes de diferentes instâncias e unidades, o Fórum e os Comitês têm a finalidade de definir estratégias e disseminar no interior da instituição a sensibilização dos seus pesquisadores para aderirem às práticas do acesso aberto à literatura científica, aos recursos educacionais e ao compartilhamento de dados. Os Núcleos cumprem as tarefas relativas à curadoria, depósito, disponibilização e uso dessa informação científica.

Como parte de sua responsabilidade social, a instituição vem incentivando o debate nacional desse tema, com intervenções técnicas e acadêmicas que têm buscado contribuir para a formação de pessoas e para uma reflexão crítica e fundamentada sobre Ciência Aberta. É também sua preocupação estimular a discussão sobre a construção de infraestruturas adequadas para a real participação brasileira no grupo dos grandes atores internacionais, que dominam o mercado das publicações científicas, assim como o fluxo dos dados de pesquisa por meio de suas poderosas plataformas.

Desde 2018, a Fiocruz integra compromissos pactuados pelo Brasil no âmbito dos três últimos Planos de Ação Nacional desenvolvidos pela Parceria para Governo Aberto, que reúne diversas instituições públicas e a sociedade civil organizada.¹ Firmou acordos de cooperação técnica com instituições como o CNPq e o Ict, para criação do Consórcio ConsCiência,² e tornou-se membro de diferentes redes e grupos, como a Rede Brasileira de Repositórios, Rede Brasileira de Reprodutibilidade, Research Data Alliance, GoFair Brasil e a The Global Health Networks.

O ano de 2024 é marcante para a Ciência Aberta na Fiocruz e no Brasil. Ao mesmo tempo que iluminamos essa data redonda, sob os auspícios de um novo governo eleito democraticamente, a comunidade científica brasileira impulsiona o processo de reconstrução coletiva de uma Estratégia



Nacional de Ciência e Tecnologia do país. São partícipes dessa retomada importantes atores nacionais, cujo horizonte em termos de Ciência Aberta no campo da Saúde Pública brasileira é o fortalecimento e a consolidação do SUS (Jorge, Clinnio e Machado, 2024). Insere-se nessa mesma linha a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (5ª CNCTI), que organizou diversas conferências preparatórias, sendo três livres sobre Ciência Aberta, mobilização que culminou com uma forte presença do tema no relatório-base para o evento.³ Em suas manifestações na Conferência, o presidente da República destacou a importância da abertura dos dados,⁴ e a ministra da Saúde se referiu à Ciência Aberta como estratégica para o futuro da pesquisa.⁵

No ano em que a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz completa 10 anos, urge uma ciência mais aberta, que é, ou deveria ser, uma expressão dos compromissos democráticos necessários às práticas científicas em nossos tempos. Todavia, é preciso reconhecer que se impõe uma revisitação às suas raízes e ideais, para que a sua materialização não seja mais uma cilada de ‘inclusão’ em um sistema rasamente recauchutado.

Notas

¹ Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/4o-plano-de-acao-brasileiro/compromisso-3-docs/inovacao-e-governo-aberto-na-ciencia-monitoramento-e-execucao>. Acesso em: 27 set. 2024.

² Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/cnpq-lancou-consorcio-conciencia-para-incentivar-a-pratica-da-ciencia-aberta-1>. Acesso em: 27 set. 2024.

³ Disponível em: https://issuu.com/5cncti/docs/e-book_para_5_cncti_-_conferencias_livres. Acesso em: 27 set. 2024.

⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/08/pronunciamento-do-presidente-lula-durante-abertura-da-5a-conferencia-nacional-de-ciencia-tecnologia-e-inovacao>. Acesso em: 27 set. 2024.

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?t=5403&v=Xn77nGNTEPg&feature=youtu.be>. Acesso em: 27 set. 2024.

Referências

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BOURDIEU, Pierre. *Usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.

GUANAES, Paulo C. V.; ALBAGLI, Sarita. Direito autoral sobre dados de pesquisa no ecossistema da comunicação científica. *Transinformação*, Campinas, v. 35, e226918, 2023. <https://doi.org/10.1590/2318-0889202335e226918>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/Wdsx4bLjcXpRptc3dPCwybC/?lang=pt#>. Acesso em: 28 set. 2024.

GUÉDON, Jean-Claude. The “green” and “gold” roads to open access: the case for mixing and matching. *Serials Review*, v. 30, n. 4, 2004. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/5860/1/science.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

JORGE, Vanessa A.; CLINNIO, Anne; MACHADO, Cristiane. Uma Ciência Aberta a serviço do Sistema Único de Saúde. *JC Notícias*, n. 7400, 5 de abril de 2024. Disponível em: https://www.jornaldaciencia.org.br/edicoes/?url=http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br/4-uma-ciencia-aberta-a-servico-do-sistema-unico-de-saude/&utm_smid=11222732-1-1. Acesso em: 26 set. 2024.

PINHEIRO, Lena V. R. Do acesso livre à ciência aberta: conceitos e implicações na comunicação científica. *Reciis: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 153-165, 2014. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/17107/2/8.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.